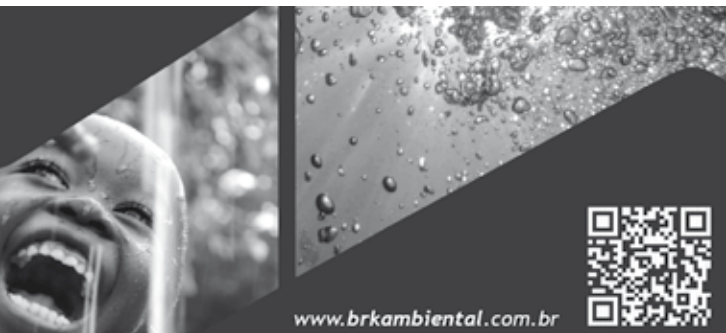




Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024			
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)			
	Nota explicativa	2025	2024
Receita líquida de serviços	21 (a)	876.795	799.824
Despesas com serviços prestados	21 (b)	(454.560)	(424.268)
Lucro bruto		422.235	375.556
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	21 (b)	(172.926)	(143.334)
Perdas de créditos esperadas		(17.723)	(15.533)
Outras receitas	21 (b)	9.220	6.222
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		240.806	222.901
Resultado financeiro	21 (c)		
Receitas financeiras		26.527	24.201
Despesas financeiras		(227.845)	(202.544)
Resultado financeiro, líquido		(201.318)	(178.343)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		39.488	44.546
Imposto de renda e contribuição social correntes	17 (b)	(5.035)	(3.176)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17 (b)	4.946	60
Lucro do exercício		39.399	42.030
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)		5,3668	5,8181
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024			
(Em milhares de reais)			
	Nota explicativa	2025	2024
Lucro do exercício		39.399	42.030

Itens que não serão reclassificados para o resultado	20 (g)	
Obrigações com benefícios pós-emprego	2.032	4.17
Efeitos fiscais	(691)	(1.42)
	1.341	2.75
Total do resultado abrangente do exercício	40.740	44.75
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>		
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024		
	<i>(Em milhares de reais)</i>	
	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.488	44.58
Ajustes		
Depreciação e amortização	137.820	128.91
Amortização do ativo de direito de uso	18.883	17.80
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	24	7
Valor residual do ativo de direito de uso baixado	(202)	(769)
Perdas de créditos esperadas	17.723	15.53
Provisões para riscos	37.630	7.73
Reintendimento de fundo restrito	(4.751)	(3.56)
Margem de construção	(3.063)	(2.15)
Benefícios a empregados	(213)	2.60
Ajuste a valor presente	13.643	13.12
Juros e variações monetárias, líquidos	173.274	149.12
Outros ajustes	(5.925)	(3.83)
	424.331	369.23
Variações nos ativos e passivos		

Contas a receber	(20.713)	(14.696)
Adiantamentos a fornecedores	176	(7)
Tributos a recuperar	11.328	15.937
Estoque	(2.903)	1.211
Depósitos judiciais	1.448	(1.081)
Outros ativos	3.741	31
Fornecedores	4.071	5.055
Salários e encargos sociais	(38)	8
Tributos a pagar	(9.886)	(1.092)
Provisões para riscos	(9.960)	(3.844)
Partes relacionadas	(55.150)	(76.422)
Outros passivos	3.180	(40)
Caixa proveniente das operações	349.625	294.222
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.015)	(2.770)
Caixa líquido proveniente das operações	346.610	291.452
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos restritos	2.091	2.942
Adições ao imobilizado	(1.306)	(999)
Adeições ao ativos de contrate e intangível	(136.881)	(144.133)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(136.096)	(142.190)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(8.433)	(20.511)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	42.844	73.995
Custo de transação sobre ingresso de empréstimos e financiamentos		(682)
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(66.555)	(67.422)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(71.490)	(72.514)
Amortização de passivo de arrendamento	(29.368)	(27.416)
Partes relacionadas	(65.991)	(62.988)

o valor contábil do ativo reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se a taxa de empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação da dívida do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração dos resultados. **(b) Ativos não financeiros** – Os ativos não financeiros são avaliados pelo menor valor contábil ou pelo valor presente líquido sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ativo, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de um possível reversão do *impairment* na data do balanço. Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de reversões de *impairment* para os ativos não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **2.7.2 Ativos de contrato:** O Ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e incluído em ativos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra sob fase de construção e os valores são transferidos para o ativo não reconhecido quando o ativo é concluído e colocado em operação. A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão. O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 2.17 (b). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia (Nota 3 (c)). A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de

o valor contábil do ativo reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, no entanto, o emprestimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito de uma entidade ou uma mudança nas expectativas de fluxo de caixa), a perda por *impairment* pode ser revertida. O resultado. (b) **Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros cujo preço de aquisição, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de um possível resgate do *impairment* na data do balanço. Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem indicar a ocorrência de perdas de *impairment* para os ativos não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. 2.7 **Ativos de contrato:** O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e incluído em custos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção e os valores são transferidos ao sistema de água e esgoto quando entram em operação. 2.8 **Inventários: (a) Sistema de água e esgoto:** A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados e o abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão. O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura entregue pela Companhia, reconhecido conforme Nota 2.17 (b). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando o ativo é disponibilizado para uso, sem exceção e na medida necessária para que seja capaz de gerar benefícios econômicos futuros (ver Companhia S.A. - Demonstração de Resultados - 2025, seção 2.17 (b)). O ativo é transferido para o ativo não tangível quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. (b) **Direito de concessão:** O direito de concessão refere-se à outorga registrada nas concessões no ativo intangível (Nota 12), as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. (c) **Softwares:** As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil estimada do ativo. Os custos de desenvolvimento de softwares são capitalizados para empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. 2.9 **Imobilização:** Imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: (i) o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos e os financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo se a sua vida útil estimada (VUE) for diferente da VUE original, conforme registrado. Os custos que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com confiança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme a seguir apresentado:

Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	5 anos
Veículos	5 anos
Edificações	10 a 50 anos

Os bens registrados no imobilizado não possuem mensuração com as concessões de serviços públicos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos na demonstração do resultado. 2.10 **Propriedades para investimento:** Refere-se a propriedades mantidas para obtenção de renda com aluguel ou para uso próprio, a sua vida útil estimada (VUE) é diferente da VUE original, conforme registrado. Os custos de produção ou fornecimento de serviços; (ii) finalidades administrativas; ou (iii) para venda no curso ordinário do negócio. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício, exceto no reconhecimento inicial de imóvel anteriormente ocupado pela Companhia que se torna propriedade para investimento registrada pelo valor justo, cujo ganho ou perda é registrado no patrimônio líquido. A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada do uso e não há nenhuma expectativa de benefícios econômicos futuros da propriedade. Quando os custos de aquisição de uma propriedade para investimento são diferentes dos custos de aquisição de uma propriedade para investimento, os custos de aquisição de uma propriedade para investimento são diferentes dos custos de aquisição de uma propriedade para investimento. 2.11 **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas ao valor justo, sendo classificadas como passivos circulantes. A Companhia não possui risco casual. 2.12 **Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Os juros, encargos e custo de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de caixa e de financiamento. Os custos de transação são apropri

	(198.999)	(177.582)
Auxílio líquido aplicado nas atividades de financiamentos		
Caixa líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.410	238.330
Aumento de equivalentes de caixa no início do exercício	31.459	59.748
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	42.869	31.781

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

os tributos diferidos atuais são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulada (Nota 3 a)). **(ii) Incentivos fiscais:** A Companhia possui o benefício de redução de imposto de renda e adicionais não restituíveis em 75% da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM para o período de 2022 a 2031. **2.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") para os acionistas da Companhia é feita de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia, de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório sempre é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração dos fluxos de caixa o aumento de dividendos e juros sobre capital próprio pagos como atividade de financiamentos. **2.16 Adiantamento para futuro aumento de capital:** Os adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") têm por finalidade exclusiva o aumento de capital social pelos acionistas da Companhia. A aprovação de ações a serem emitidas em decorrência da capitalização dos AFACS será determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão. **2.17 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é reconhecida quando a Companhia tiver realizado a prestação de serviços e a receita é reconhecida se os recursos quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tempo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. **(a) Receita de serviços de água e esgoto:** A receita de prestação de serviço de água e esgoto é reconhecida após o ocaso do consumo de água e esgoto ou por ocasião do consumo de outras prestações de serviços. As despesas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber. **(b) Receita de aluguel:** A receita de aluguel é reconhecida ao longo do prazo de duração do contrato de aluguel na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas Interpretação Técnica ("ITCP") 01 (R1) e OPC 05), e nos contratos com arrendamentos financeiros (PC 06 (R2)), já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, cujos riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2025 e 2024 é de 2%. Essa respectiva margem de lucro é determinada com base nos custos incorridos no mês de competência e com base na margem de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível). **2.18 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido no lucro líquido da Companhia. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor capital, líquida de impostos. **2.20 Benefícios a empregados: (a) Obrigações de aposentadoria:** A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorre sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos. **(b) Benefícios de saúde pós-emprego aos funcionários elegíveis:** O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo funcionário através de emissão de apólice individual. A Companhia reconhece as obrigações com os benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição ao longo do tempo. As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função das mudanças nas taxas de câmbio e das hipóteses atuárias que projetam os benefícios futuros. A Companhia, através de avaliação realizada por atuários independentes, mensura o passivo atuarial e reconhece os ganhos/perdas atuariais em "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Os referidos ganhos e perdas atuariais não serão reconhecidos para o resultado. **(c) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigado a fornecer uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à produtividade e ao cumprimento de metas estabelecidas, tendo em parâmetro a seguinte quantidade qualitativa: **2.21 Alterações nos resultados nos períodos iniciais:** Os resultados nos períodos iniciais são alterados quando ocorrem alterações nos resultados nos períodos anuais iniciais em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21 e CPC 37 R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1):** Em setembro de 2024, o CFC emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21) e no CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1). As alterações foram aprovadas pelo Conselho de Normas Contábeis e têm caráter de natureza conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. **2.22 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de autorização destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 51 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras:** Em abril de 2024, o CFC emitiu o CPC 51, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, financeira, investimento, financiamento, impacto ambiental e operacional. A divulgação de cada categoria deve ser feita de acordo com as definições da Administração, subtotais de receitas e despesas, e incluir novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade da classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes com outros padrões. CPC 51 e alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de demonstrações financeiras iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, com aplicação antes de 1º de janeiro de 2025, desde que a divulgação, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas nas demonstrações financeiras. **IFRS 19 (a ser traduzido pelo CFC): Subsidiárias sem responsabilidade pública:** Divulgações. Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19 (a ser traduzido pelo CFC), que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório a entidade deve ter uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e

